

A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS E DOS SENTIDOS: O CASO DAS COTAS PARA NEGROS

Luiz Carlos de Oliveira¹

RESUMO: Neste artigo abordo aspectos que envolvem a constituição dos sujeitos e dos sentidos, segundo o viés da análise do discurso francesa. Utilizo para isso quatro sequências discursivas retiradas de matérias sobre as cotas para negros publicadas pela revista *Veja*. O objetivo principal do artigo é discutir e articular proposições teóricas da análise do discurso francesa sobre a constituição do sujeito e do sentido com o *corpus* de análise, o qual compõe pesquisa concluída recentemente. O trabalho está fundamentado, principalmente, nos estudos de Pêcheux (2009 [1988]). Sob a perspectiva teórica da análise do discurso francesa, pode-se afirmar que o sujeito é considerado um efeito de processos exteriores que o constitui e que ao mesmo tempo apagam esse mecanismo. A referida constituição ocorre resultando na evidência de o sujeito ser a origem, o controlador dos sentidos que exprime através do seu dizer. Dessa forma, será possível questionar “como ou por que o sujeito é efeito?” e “como pode não ser origem e fonte do que enuncia, se cada pessoa só pode refletir sobre si a partir da subjetivação (eu sou... eu penso...)?”. É norteado por essas indagações que desenvolvo os apontamentos dessa abordagem.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito; Efeitos de sentido; Discurso.

THE CONSTITUTION OF SUBJECTS AND MEANINGS: THE CASE OF THE QUOTAS FOR BLACK PEOPLE

ABSTRACT: In this study, I bring aspects that are related to the constitution of subjects and meanings, according to the French Discourse Analysis approach. As for that, I use four discursive sequences taken from articles about quotas for black people published in *Veja* magazine. The main objective in this study is to discuss and relate theoretical propositions of the French Discourse Analysis about the constitution of the subject and of the meaning with the *corpus* for analysis, which composes a research recently concluded. The work is mainly based in the studies of Pêcheux (2009 [1988]). Under the theoretical perspective of the French Discourse Analysis, we may affirm that the subject is considered an effect of external processes which constitute him and which, meanwhile, erase this mechanism. The referred constitution results in the evidence that the subject is the origin, the controller of the meanings he expresses through his saying. Thus, it will be possible to ask “how or why is the subject an effect?” and “how can he not be the origin and the source of what is enunciated, if every person can only think about himself as being a subject (I am... I think...)?”. It is guided by these questions that I develop the observations of the referred approach.

KEYWORDS: Subject; Meaning effects; Discourse.

¹ Mestre em Letras (Área de Concentração: Linguagem e Sociedade) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste - Campus de Cascavel. Email: naosoueumesmo@gmail.com.

Na década de 1960, Michel Pêcheux dá início às discussões que constituirão sua principal obra, publicada na França em 1975. Em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*², o autor propõe e discute, sob a influência das proposições de Althusser, os conceitos que permitirão estabelecer uma nova teoria, a Análise do Discurso (doravante, AD). Esse modo de perceber os processos envolvendo a linguagem concebe a AD constituída no seio das ciências humanas e sociais, no qual se buscou articular:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (FUCHS & PÊCHEUX, 1997, p. 163-164).

Para formular os pressupostos de uma teoria do discurso, Pêcheux parte da crítica aos semanticistas – como Adam Schaff – que faziam a articulação entre o marxismo e a semântica com a ideia da “função comunicativa da linguagem” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 16), permanecendo presos à evidência dos sentidos, à transparência entre o objeto e a representação que se faz dele e entre o pensamento e a língua como instrumento da pura expressão desse pensamento (idealismo).

Ao criticar o idealismo, Pêcheux reflete, de certa maneira, sobre a concepção de sujeito. Essa reflexão

visa, em primeiro lugar, à crítica do sujeito como centro e fonte de sentido, atribuído ao idealismo, e a noção de consciência como unidade, que lhe é correlata. Ela visa, em segundo lugar, opor a essa concepção de sujeito *os processos sem sujeito*. (CARVALHO, 2008, p. 55, itálicos do autor).

Pêcheux propõe três teses fundamentais – interdependentes – que permitirão formular os conceitos de uma teoria do discurso: “a) o mundo ‘exterior’ material existe [...]; b) o conhecimento objetivo desse mundo é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas [...]; c) o conhecimento objetivo é independente do sujeito” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 71). Através dessas teses, há a exposição basilar da perspectiva materialista, na qual a representação (efeito do real no imaginário) e o conceito (efeito do real no pensamento)

² Em francês, a obra recebeu o título de *Les Vérités de La Palice*.

estão dissociados, sendo possível estabelecer a maneira como a ideologia funciona, levando-se em conta as condições reais de existência e a relação que o sujeito mantém com essas condições. Também há a proposição fundamental do processo sem sujeito que produzirá como efeito o sujeito discursivo (forma-sujeito).

Assim, ao considerar a prática semântica, percebe-se, a partir do modelo idealista, a pretensão de uma semântica universal que poderia dar conta de explicar e definir os sentidos existentes de forma transparente, através de métodos que, na realidade, contornam a problemática central: as contradições sociais engendradas no emaranhado da luta de classes, que envolvem a constituição dos sentidos de acordo com as posições que os sujeitos ocupam nessa relação contraditória e, também, o funcionamento do inconsciente enquanto rede de significantes independente, atuando sobre o sujeito na identificação com determinados discursos.

Nesse modo de compreender o processo materialista, a ciência das formações sociais – o materialismo histórico – permite conceber as contradições sociais, a luta de classes, realidades em que os sujeitos³, queiram ou não, estão inseridos e a partir das quais eles são constituídos no processo envolvendo a ideologia e o funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado⁴.

Assim, pensar o discurso é ir além das preocupações de base puramente linguística, mesmo porque, como demonstra Pêcheux (2009 [1988]) no estudo das orações adjetivas explicativas e restritivas, é possível notar elementos que não estão presentes no enunciado, constituindo e sustentando o dizer, o que “justifica a passagem da problemática da língua à problemática do discurso” (CARVALHO, 2008, p. 44). Se o mecanismo das adjetivas possibilita descrever o funcionamento do encaixe sintático (restritivas) e da articulação de enunciados (explicativas), indicando fatores não perceptíveis no enunciado, mas que o constituem-sustentam, por outro lado, esse mecanismo não produz por si só a descentralização do sujeito: ao contrário, continua a reproduzir o sujeito idealista. É a partir da evocação do funcionamento do processo discursivo sobre uma base linguística que a necessidade de um posicionamento materialista se impõe. Dessa forma, é necessário compreender

³ “A forma-sujeito é realmente dialética. Não podemos reduzi-la a uma reprodução homogênea e pré-determinada, onde o sujeito seja totalmente manipulado pela ideologia e esteja completamente à mercê da formação discursiva que o domina. Em se tratando de sujeito e de seus discursos, não existe homogeneidade” (LAGAZZI, 1988, p. 25).

⁴ “Ao falarmos em aparelhos ideológicos do Estado e de suas práticas, dissemos que cada um deles era a realização de uma ideologia [...]. Retomamos esta tese: uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material” (ALTHUSSER, 1974, p. 84).

de que modo todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer), enquanto ‘sujeitos-falantes’ [...] compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o ‘efeito Münchhausen’. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 144, itálicos do autor).

A AD trabalha com uma perspectiva de língua na qual a mesma só pode produzir sentidos através do trabalho da ideologia – inserida no funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado – e do inconsciente, constituindo o que pode ser denominado de discurso. A partir dessa concepção, pode-se afirmar que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 2007 [1999], p. 17) e que esse processo não pode ser dissociado do fato de que, “Na verdade, o que a tese ‘a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos’ designa é exatamente que ‘o não-sujeito’ é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 141). Nesse mecanismo, a ideologia trabalha constituindo simultaneamente os sujeitos e os sentidos na medida em que fornece as evidências imaginárias da existência espontânea de ambos.

O que marca o funcionamento da ideologia no processo de interpelação do indivíduo em sujeito é a dissimulação da sua existência pela forma como funciona⁵, produzindo no sujeito a impressão de que o que diz e pensa tem origem em si e não em fenômenos exteriores. A esse respeito, o inconsciente, como definido por Lacan apud Fink (1998, p. 24), se aproxima da maneira como a ideologia trabalha, isto é, não revela sua existência através do seu funcionamento. Porém, traços de seu trabalho podem ser percebidos através de rupturas. Assim,

o significante toma parte na interpelação-identificação do indivíduo em sujeito [...] o que acarreta que o significante não representa nada para o sujeito, mas opera sobre o sujeito fora de toda compreensão. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 241, itálicos do autor).

O inconsciente se estrutura como uma linguagem e é ao adentrar o campo da linguagem que o sujeito se constitui como tal, ao se inscrever no simbólico que a língua carrega e que já preexiste ao sujeito, com seus significantes em uma relação, em si, independente. Daí se dizer que o sujeito é efeito e não origem:

Se o sujeito não fabrica a linguagem, deve ser concebido como um efeito de sua constituição na linguagem, se o sujeito não é causa ou origem de si

⁵ “Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos, com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, 1974, p. 82).

mesmo em função desse aprisionamento primeiro nas malhas de significantes que o antecedem, então isso aponta para o fato que sua inscrição no simbólico o faz portador da divisão inconsciente: o sujeito é falado antes de falar, e sua entrada no simbólico é a entrada em um sistema significante que remete a si mesmo antes de construir redes de sentidos historicamente determinados para o sujeito [...] sem significante não há sujeito. [...] Para haver sujeito há que haver uma inscrição no significante. (MARIANI, 2003, p. 63).

O sujeito não é pré-dado, não nasce “pronto”, mas se realiza sob os auspícios do deslize e da incompletude. Ao mesmo tempo em que é alienado ao discurso do Outro (inconsciente), há,

no ponto de sua interpelação e de seu assujeitamento, simultaneamente, a possibilidade de sua separação a partir do que cai como efeito dessa alienação. Digamos que isso que cai, que passa por debaixo da barra na própria experiência de alienação do sujeito e que parasita a linguagem, faz surgir como achado alguma outra coisa [...]. Isso que sempre falha, revela o real do inconsciente como irredutível à ideologia, isso é, como um resto inassimilável à própria experiência inconsciente da alienação do sujeito ao discurso ideológico. (CARVALHO, 2008, p. 130).

Ocorre, portanto, que o indivíduo se insere no simbólico através da linguagem. Nesse mecanismo os sentidos estão marcados pelo deslizamento, pela incompletude e pela contradição. Dessa forma, “os discursos já estão em processo, nós é que entramos nesse processo”⁶ (ORLANDI, 2007 [1999], p. 35).

O discurso se constitui, então, a partir da articulação da língua com a ideologia/inconsciente e se realiza no sujeito. Pode-se, então, afirmar que o que vai determinar os efeitos de sentidos de um discurso são as posições que cada sujeito – inserido na linguagem e interpelado pela ideologia – ocupa dentro de uma formação discursiva (doravante, FD): “As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2007 [1999], p. 21).

Após apresentar sua primeira tese sobre o aspecto material do sentido⁷, Pêcheux (2009 [1988]) define FD como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma

⁶ “nascemos em um mundo de discurso, um discurso ou linguagem que precede nosso nascimento e que continuará após a nossa morte. Muito antes de uma criança nascer, um lugar já está preparado para ela no universo linguístico dos pais” (FINK, 1998, p. 21).

⁷ “Poderíamos resumir [...]: *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 146-147, *itálicos do autor*).

posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 147, itálicos do autor).

Dessa forma, ao refletir sobre o funcionamento das FDs no contexto do debate sobre as *cotas para negros* através das publicações de *Veja*, é possível traçar o discurso produzindo os efeitos de sentidos de acordo com o posicionamento dos sujeitos inseridos em distintas FDs. É o que pode ser percebido nas sequências discursivas⁸ (doravante, SDs) abordadas a seguir:

SD1: O fato de a ciência concluir que as raças não existem como conceito biológico cria uma dificuldade para os defensores da discriminação reversa (o outro nome para as cotas): inviabiliza a tentativa de usar critérios objetivos para decidir quem pode ou não ser beneficiário de privilégios no vestibular, no mercado de trabalho ou em licitações públicas. (Revista *Veja*, “Queremos dividir o Brasil como na foto?”, de 2 de setembro de 2009, edição 2128).

É importante notar, nessa sequência, o uso de algumas expressões que são produzidas a partir da FD em que *Veja* está inscrita. O discurso científico justifica um posicionamento em que as *cotas* passam por um deslocamento em sua denominação, tornando-se “discriminação reversa”. A denominação “discriminação reversa” e a própria palavra “reversa” marcam o espaço na rede de sentidos que envolvem os negros, as *cotas*, a discussão sobre a existência ou não da discriminação racial no Brasil, a partir, nesse caso, da FD na qual o semanário formula o seu discurso.

No processo de formulação, em que a FD permite que as palavras tomem alguns sentidos e não outros, a ciência é mobilizada no posicionamento de que não existem raças humanas puras. Assim, as *cotas* tomam a perspectiva da “discriminação” e são produzidas discursivamente enquanto benefício ou privilégio (“para decidir quem pode ou não ser beneficiário de privilégios no vestibular”). Não se trata apenas de definir se o discurso é a favor ou contra as *cotas para negros*, mas o que ele produz. Se refletirmos sobre expressões como “beneficiário” e “privilégios”, na forma como estão encadeadas na SD, os efeitos de sentidos estão mais ou menos fixando uma imagem do cotista negro, pois esse se utiliza de um mecanismo não objetivo e discriminador (“reverso” (rancoroso/vingativo?) – o que não está dito?), o qual, talvez, não tenha feito por merecer ser aprovado na seleção do vestibular,

⁸ Sequência discursiva “é aquela a partir da qual os outros elementos do *corpus* receberão sua organização. Isso se dá a partir de dois níveis considerados por Orlandi – o da *formulação* ou do intradiscurso (sequência linguística efetivamente produzida) e o da *constituição* ou do *interdiscurso*” (MOURA, 2004, p. 41, itálicos da autora).

em concursos e licitações públicas. Há a construção imaginária de alguém que toma o espaço (vaga na universidade pública) de quem seria de direito.

A partir deste mecanismo em que os termos tomam certas direções discursivas e não outras é que pode ser realçado o constante embate entre FDs, pois, em uma FD que defende a política de *cotas para negros*, expressões como as elencadas acima provavelmente produziriam outros encaminhamentos, ou não estariam presentes da mesma forma na materialidade discursiva, porque passariam pelo crivo do posicionamento no qual as *cotas* são um direito, como pode ser destacado na sequência abaixo:

SD2: A senhora [Marina Silva: candidata à presidência da República] é a favor da política de cotas raciais para o acesso às universidades?
Há quem ache que as cotas levam à segregação, mas eu sou a favor de que se mantenha essa política por um tempo determinado. Acho que há, sim, um resgate a ser feito de negros e índios, uma espécie de discriminação positiva. (Revista *Veja*, “Marina imaculada”, de 2 de setembro de 2009, edição 2128).

A então candidata à presidência da República, Marina Silva, se posiciona a favor das *cotas*. Como candidata, naquele contexto, cada palavra dita toma uma repercussão maior. O que quero destacar dessa SD é o fato de a FD na qual Marina Silva se posiciona discursivamente produzir, a partir da palavra “discriminação”, um tom positivo (“discriminação positiva”). A expressão toma esse aspecto por estar associada a um “resgate”, pelo fato de possivelmente ter ocorrido uma “discriminação negativa”: portanto, uma “correção histórica”, por algo que ocorreu no passado, é necessária. A palavra “positiva” nessa FD (*pró-cotas*) funciona de maneira próxima ao emprego da expressão “reversa” da outra FD (*anticotas*), adjetivando o mesmo significante, porém produzindo outros efeitos de sentidos.

Ao se referir à “segregação” que as *cotas* poderiam produzir, a candidata aponta para a existência do argumento de outra FD (*anticotas*) presente no embate sobre o tema e da qual difere, utilizando o conectivo argumentativo “mas”, conforme Ducrot (1987)⁹. Nesse caso, negros e índios não são considerados privilegiados ou beneficiários de uma ação sem objetividade científica, a qual prejudicaria outras pessoas que compõem a sociedade, mas são cidadãos exercendo seus direitos. Dessa maneira, a sustentação do argumento a partir da “discriminação positiva” por “um tempo determinado” possibilita traçar os deslocamentos dos

⁹ Devo salientar que considero o uso do conectivo argumentativo inserido no processo de interpelação ideológica, no qual as palavras são utilizadas conforme as FDs predominantes e o constante embate entre elas. Segundo Maingueneau: “O *mas* da refutação recusa a legitimidade daquilo que um destinatário disse ou pensou, ou poderia ter dito ou pensado. Já o *mas* argumentativo possibilita a oposição à interpretação argumentativa que um destinatário atribui ou poderia atribuir à proposição P de ‘P mas Q’”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 166, itálicos do autor).

sentidos em que as distintas FDs (*pró-cotas* e *anticotas*) produzem determinados efeitos de sentidos, a partir do mesmo significante.

Nesse mecanismo em que diferentes FDs formulam os efeitos de sentidos é possível afirmar que, “se o sujeito fala a partir do lugar do professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno” (ORLANDI, 2007 [1999], p. 39). Segue-se, portanto, que, quando a revista *Veja* aborda as *cotas*, estão em choque diferentes posições, produzindo efeitos de sentidos que, além de se mostrarem a favor, indiferentes ou contra a existência das *cotas*, permitem mostrar como ocorre o processo discursivo. Cada FD produz efeitos de sentidos segundo a sua disposição/embate no emaranhado das formações ideológicas (doravante, FIs), sendo que cada posicionamento no interior de uma FD produz nos sujeitos o efeito da unicidade (sujeito como centro da produção dos sentidos), no qual as palavras podem receber determinados sentidos e não outros.

Apesar de dizer que uma determinada FD produz discursos com certa regularidade, não se pode acatar o conceito de FD como uma máquina de produzir tipos retilíneos e específicos de discurso, pois as relações de desigualdade-subordinação estão presentes e não permitem que os limites sejam definidos de maneira estanque, uma vez que a FD representa um fragmento, uma regionalização das FIs que sintetizam práticas de classe que resultam da dinâmica da luta de classes e que não podem ser descritas *a priori*, senão pelo viés da contradição e do movimento dialético. Além disso, deve-se considerar o inconsciente, o qual, segundo Pêcheux (2009 [1988]), produz com a ideologia a identificação do sujeito com determinadas FDs e o recalque que apaga o processo que leva a essa identificação. Entretanto, a identificação não ocorre de maneira completa, como também não ocorre a interpelação, pois o funcionamento do inconsciente se dá através de irrupções, chistes, equívocos, lapsos¹⁰:

Elas [as FDs] são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. (ORLANDI, 2007 [1999], p. 44).

Se a FD é heterogênea, deve-se pensar nos deslocamentos do sujeito. Nesse aspecto, pode-se fazer menção às diversas posições discursivas ocupadas pelo sujeito no seio de uma FD e, a partir disso, fazer menção às diferentes posições do sujeito, na medida em que no interior da FD há constantes deslizamentos, deslocamentos, reformulações. Assim, a forma-sujeito que representa o modo como resulta nas práticas sociais cotidianas a interpelação, em

¹⁰ “os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação *sentido/non-sens* do sujeito dividido [...]. Apreender até seu limite máximo a interpelação como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 277, itálicos do autor).

determinada conjuntura histórica, produz na estrutura social do capitalismo o sujeito-de-direito: “um sujeito responsável por suas ações, ao qual a história tensa de sua constituição foi atribuindo direitos e deveres” (LAGAZZI, 1988, p. 19). No processo histórico da produção da forma-sujeito capitalista, há a passagem de um sujeito religioso para um sujeito autônomo, pautado em um arcabouço jurídico que regula as ações entre o Estado e o povo e entre os componentes deste, sendo que prevalece a marca idealista da individualidade, das intenções e da responsabilidade. Nesse sentido:

(...) a ideologia jurídica instala uma ambiguidade no sujeito: ao mesmo tempo em que este se vê como um ser único, senhor e responsável de si mesmo, ele é ‘intercambiável perante o Estado’ (Haroche, 1984), que se dirige a cidadãos, a cada um e a todos ao mesmo tempo, a uma massa uniforme [...] que têm a ilusão da unicidade. (LAGAZZI, 1988, p. 20-21).

No processo de interpelação do indivíduo em sujeito (enquanto autônomo) as FDs, que demarcam o que pode e deve ser dito pelos sujeitos ao produzirem seus discursos, estão subordinadas ao interdiscurso:

Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto ‘fio discursivo’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 154).

Quando algum discurso se materializa, estão em “jogo” distintas FDs que representam, através da linguagem, regionalizações das FIs, estas constituídas sob o viés das relações de desigualdade-subordinação que marcam a forma como funcionam os aparelhos ideológicos de Estado. Nesse processo complexo, o intradiscurso, enquanto materialização de determinadas FDs, condensa, assim, a relação intrincada entre ideologia/inconsciente, interdiscurso e condições de produção do discurso.

Após citar sua segunda tese sobre o aspecto material do sentido, a saber:

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas [interdiscurso], intrincado no complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 148-149, grifos do autor).

Pêcheux analisa o trabalho do interdiscurso, que se torna um conceito profícuo na AD. Ao refletir sobre as questões das orações adjetivas (explicativas/restritivas) sob um panorama materialista, Pêcheux destaca o funcionamento do interdiscurso, que propicia destacar a existência de algo que fala “sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a

dominação do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 149). Nesse caso, o encadeamento do pré-construído (efeito da restritiva) com a articulação de enunciados (efeito da explicativa), sintetiza, na verdade, os traços do processo de interpelação, que não podem ser identificados pelo sujeito pelo fato de a interpelação produzi-lo como sujeito autônomo.

O trabalho do pré-construído e da articulação pode ser observado, por exemplo, através da SD seguinte:

SD3: Gêmeos idênticos, Alex e Alan foram considerados pelo sistema de cotas como BRANCO E NEGRO. É mais uma prova de que RAÇA NÃO EXISTE. (Revista *Veja*, “Raça não existe”, 6 de junho 2007, edição 2011).

A SD, que é a chamada de capa da edição da revista, nos dá alguns indícios que permitem remeter ao processo interdiscursivo produzindo significação. As expressões “gêmeos idênticos”, “branco e negro” e “raça não existe”, além do efeito de evidência que produzem, como se discutirá abaixo, destacam o “problema” existente nas classificações raciais presentes na *política de cotas*.

Dessa forma, na expressão “raça não existe” ocorre certa dimensão de efeitos de sentidos, presentes, apagados, de toda maneira, significando, pois, no Brasil, a menção sobre “raça” esteve, há muito, intrincada e conectada a um discurso que buscava a unidade nacional, produzindo as relações étnicas como harmônicas. No passado, a problemática envolvendo o fator “raça” ocorreu e foi discursivizada em relação ao negro “passivo”, escravizado e, posteriormente, livre, e o branco “ativo”, ora senhor (dono) de escravizados, ora “libertador” (Princesa Isabel): “A adoção pela elite brasileira, de uma ‘ideologia racial’ teve início nos anos de 1870, tendo se tornado amplamente aceita entre as décadas de 1880 e 1920” (JACCOUD, 2008, p. 47). Nesse período, prevalece o discurso do branqueamento da população brasileira, isso conectado a um discurso e a um fazer científico segundo os quais o ideal de uma nação branca está associado ao progresso, à civilização da nação, tendo como modelo os valores europeus.

Já “a partir dos anos de 1930, o Brasil assistiu ao progressivo desaparecimento do discurso racista [...]. Em seu lugar, emerge um pensamento que destaca a dimensão positiva da mestiçagem” (JACCOUD, 2008, p. 50) e que se torna predominante nas interpretações envolvendo as questões étnicas, que são tomadas a partir não mais da dimensão biológica, mas das dimensões cultural e social. Surge o que se passou a denominar de ideologia da democracia racial brasileira.

A ideia da democracia racial que esteve presente no século XX, apoiada em um dizer que recusa a interpretação puramente biológica, fundamentou o discurso que nega o embate étnico, tornando a mestiçagem um fenômeno positivo para a nação e, também, defendendo a não existência do racismo ou do preconceito racial.

Porém, a partir dos anos de 1990, é a biologia, pautada nos estudos genéticos, que “prova” a não “existência de uma raça pura”, que fornecerá subsídios para que a democracia racial, enquanto pré-construído, permaneça como base para as ressignificações no discurso sobre as *cotas para negros*.

Assim, no âmbito da discussão sobre a implantação das *cotas*, o já-dito fornece aos sujeitos possibilidades de significação segundo suas posições discursivas e as condições de produção desse dizer. Se pensarmos a SD abordada acima, remontando aos elementos do interdiscurso, isto é, ao pré-construído e à articulação, o discurso de *Veja*, que nega a existência de raças humanas, está pautado em um fazer científico – o qual “é mais uma prova” – e mantém, em sua base, sentidos que retomam a valorização de um país mestiço, “democrático racialmente”, sem embates ou sem desigualdades fundamentadas nas categorias étnicas. Qualquer atitude nesse sentido toma o aspecto da arbitrariedade.

A articulação, através de retomadas perceptíveis na sequência abordada, cria uma relação de causa e efeito, de encadeamento, no qual os termos “gêmeos idênticos” e “é mais uma prova que”, “branco e negro” e “raça não existe” dão indícios que permitem mapear o interdiscurso disponibilizando dizeres que marcam a permanência do discurso da democracia racial na FD a partir da qual a revista *Veja* se posiciona ao discutir *cotas para negros*. Assim, a produção dos efeitos de sentidos através de determinado posicionamento discursivo do sujeito permite que expressões sejam enunciadas produzindo o efeito de evidência, como se o discurso só pudesse ser aquele.

É a partir do intradiscurso que é possível traçar como ocorre o processo discursivo (mobilização do interdiscurso), pensar no embate entre diferentes discursos e, também, os discursos científico e jurídico mobilizados nesse embate, sendo que se pode falar em sentidos outros, apagados, e na existência de posições discursivas antagônicas. Assim, a existência do preconceito ou da discriminação pautada estritamente na cor está apagada, prevalecendo efeitos de sentidos que pautam a diferença entre caucasianos e negros a outros aspectos que não a presença da melanina, substância no corpo humano que define a cor da pele.

No contexto do debate em torno das *cotas para negros*, a FD que produz o dizer de que “raça não existe” constrói efeitos de sentidos que desqualificam as *cotas* a partir da

ressignificação – em termos de que isso já significou, no passado e em outras condições – das relações étnicas, consideradas amigáveis e sem conflitos.

Nesse sentido, o pré-construído fornece o efeito do “sempre-já-aí”, o “mundo das coisas” como universalidade. Esse efeito “consistiria numa discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 142). A articulação ou discurso transversal é o modo como se estabelece a relação do sujeito com o sentido, a maneira como ocorre a dominação da “forma-sujeito”. Assim, “o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 199). Os sentidos não estão sob o controle do sujeito, mas são frutos de relações mais complexas que o interpelam e que apagam o próprio mecanismo de interpelação.

Além do efeito de realidade, o pré-construído pode ser definido pela presença de elementos discursivos que, em outros momentos, já significaram e que surgem como “prontos” para o sujeito do discurso, produzindo a sensação de universalidade e de completude:

o pré-construído [...] remete simultaneamente ‘àquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 158-159).

Nesse aspecto, ao abordar a questão das *cotas*, o discurso de *Veja* pode ter como pré-construídos a noção de democracia racial e, também, concomitante a essa, a noção idealista de igualdade jurídica entre os indivíduos, que pode produzir efeitos de sentidos e, ao mesmo tempo, silenciar os processos históricos em que o negro esteve/está presente, como o período da escravização e o seu papel histórico na construção do país.

No mecanismo em que o pré-construído se mostra como o “já-dado”, o “sempre-já-aí”, a articulação é a forma como se estrutura a construção material do sentido, ou melhor, a própria materialidade linguística, palavras, expressões e proposições, correferências, sustentando o dizer:

a articulação (e o discurso transversal, que [...] é o seu funcionamento) corresponde, ao mesmo tempo, a: ‘como dissemos’ (evocação intradiscursiva); ‘como todo mundo sabe’ (retorno do universal no sujeito); e ‘como todo mundo pode ver (universalidade implícita de toda situação ‘humana’). (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 159).

Além disso, ao considerar o funcionamento do discurso transversal, pode-se perceber um trabalho de substituição no seio das FDs, porém em relação à FD predominante, sendo que essa substituição pode ocorrer de maneira simétrica (equivalência de significação entre elementos A e B) ou por substituição orientada (implicação), na qual os elementos A e B, ao passarem para a relação de substituição B e A, não mantêm a mesma relação significativa.

Segundo Pêcheux (2009 [1988]), é no funcionamento do interdiscurso¹¹ que a FD absorve elementos pré-construídos alhures e os reformula através da associação com elementos que são encadeados no enunciado (discurso transversal), produzindo os sentidos (evidentes) em que são fornecidos os fundamentos da identificação do sujeito com as FDs, segundo as condições ideológicas em que as FDs estão inseridas. Ocorre “um ‘trabalho’ de unificação do pensamento, em que as subordinações se realizam ao se apagarem na extensão sinonímica da paráfrase-reformulação” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 245).

Cabe fazer menção, ao pensar o “complexo com dominante das formações discursivas” intrincadas ao processo da interpelação ideológica, aos esquecimentos que permitem ou reforçam a noção de o sujeito ser origem e não efeito. Assim, o esquecimento número 1 é o que sintetiza o mecanismo da interpelação, no qual o sujeito só pode existir através do molde da autonomia (“coincidência do sujeito consigo mesmo”). Segundo Orlandi (2007 [1999]), esse esquecimento é da instância do inconsciente, onde “temos ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes” (p. 35). O esquecimento número 2 está ligado ao funcionamento da FD, pois explica o fato de o sujeito, ao dizer certas palavras a partir de uma FD, produzir a noção de que tem o controle sobre o que quer enunciar. Esse esquecimento constrói uma ilusão referencial, “faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim” (ibidem).

O esquecimento, em suas duas variantes conceituais, é constitutivo dos sentidos e do sujeito, dissimulando a interpelação ideológica e o funcionamento da FD. No caso das *cotas*, *Veja*, ao citar o estudo do “economista negro” Thomas Sowell sobre as “medidas de ação afirmativa”, diz:

SD4: Suas conclusões formam o mais racional e desapaixonado conjunto de razões para não adotar sistemas de cotas e outras leis discriminatórias. (Revista *Veja*, “Negros rumo ao topo”, 25 de agosto de 2010, edição 2179).

¹¹ “o interdiscurso não intervém jamais como uma globalidade, um ‘todo’ gestaltista onipresente em sua causalidade homogênea” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 240).

A interpelação ideológica produz o sujeito inteirado (esquecimento número 1) e fornece, através da FD, os dizeres (esquecimento número 2). No caso da SD acima, o dizer poderia tomar outros caminhos, outras palavras poderiam ser utilizadas, porém, nos embates entre distintos discursos, a FD de *Veja* demarca a sua fala, em que “racional”, “desapaixonado” e “leis discriminatórias” apontam para o reforço dos efeitos de sentidos, esquecendo que outras possibilidades discursivas poderiam ser tomadas. Para o sujeito constituído nessa FD (*anticotas*), é evidente que o estudo do economista, alinhado ao seu discurso, só possa significar desta forma e não de outra.

Portanto, é possível concluir, considerando as discussões efetuadas, que o sujeito é constituído primordialmente através da ideologia e do inconsciente, porém o processo que leva à constituição do sujeito não é transparente para este, restando a evidência dele ser a origem dos efeitos de sentidos. Além de discutir o mecanismo de interpelação, centrou-se em articular os conceitos teóricos da AD com o *corpus*. Assim, foi possível perceber duas FDs predominantes, a FD *pró-cotas* e a FD *anticotas*, constituindo o dizer sobre as cotas nas páginas do semanário.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

CARVALHO, F. Z. F. *O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 265 p. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (área de concentração em Linguística, linha de pesquisa em Análise do Discurso), Belo Horizonte, 2008.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.

FINK, B. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FUCHS, C.; PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

JACCOUD, L. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília, DF: IPEA, 2008.

LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. São Paulo: Pontes, 1988.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1997.

MARIANI. Subjetividade e imaginário linguístico. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, número especial, p. 55-72, 2003.

MOURA, C. S. L. *Identidade(s) afro-mestiço-brasileira(s) no imaginário dos jornais*. Niterói: UFF, 2004. 242 p. Tese de doutorado, Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense (área de concentração em Estudos Linguísticos, linha de pesquisa em Discurso e Interação), Niterói, 2004.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7 ed. São Paulo: Pontes, 2007 [1999].

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. 4 ed. São Paulo: Unicamp, 2009 [1988].

REVISTA VEJA. São Paulo: Abril, 06 jun 2007, edição 2111, 2007.

_____. São Paulo: Abril, 02 set. 2009, edição 2128, 2009.

_____. São Paulo: Abril, 25 ago. 2010, edição 2179, 2010.